

A COLONIALIDADE COSMOGÔNICA A PARTIR DA AUTOPOIESE E DA COLABORAÇÃO INTERCULTURAL PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO PERMEADOS PELO PARADIGMA EMERGENTE

Maria Aparecida Vieira de Melo⁽¹⁾

⁽¹⁾Mestranda em Educação Culturais e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco. Professora pela Universidade Estadual de Alagoas e a distância pelo Instituto Federal de Alagoas. Tutora pela Universidade Federal de Alagoas.

Resumo: O presente artigo versa sobre a produção do conhecimento a partir das experiências interculturais, as quais corroboram com a fundamentação da colonialidade cosmogônica, a autopoiese e a colaboração intercultural permeado pelo paradigma emergente. Nesse sentido, esse estudo busca apresentar a simbiose que há entre estes conceitos cunhados por Walsh (2009); Araújo (2014); Daniel Mato (2002) e Santos (2006). Possibilita a conscientização ao que concerne para a decolonialidade da produção do conhecimento. Metodologicamente a pesquisa partiu da revisão de literatura acerca dos conceitos supracitados. Entender essa premissa é de fundamental importância para uma postura ética, política, social, cultural e econômica, premissas que viabilizam a transformação e emancipação social, uma vez que os bens socialmente produzidos não são usufruídos por todos, há hierarquias e uns são mais beneficiados do que outros, especialmente na escrita científica. Daí, a produção do conhecimento se dá pela mesma ótica, a colonialidade eurocêntrica predomina nas produções científicas em detrimento dos diversos saberes que os povos das diversas culturas produzem na sua cotidianeidade, portanto, aqui se apresenta a importância do paradigma emergente que viabiliza a valorização dos saberes diversos.

Palavras-chave: Educação, Saberes, Pedagogias/práxis.

Abstract: This article deals with the production of knowledge from intercultural experiences, which corroborate the grounds of cosmogony coloniality, autopoiesis and intercultural collaboration permeated by the emerging paradigm. Thus, this study aims to present the symbiosis that exists between these concepts coined by Walsh (2009); Araujo (2014); Daniel Mato (2002) and Santos (2006). Enables awareness to respect for Decoloniality of knowledge production. Methodologically the research came from the literature review on the above concepts. Understanding this premise is of fundamental importance for an ethical, political, social, cultural and economic assumptions that enable the transformation and social emancipation, since the socially produced assets are not enjoyed by everyone, there are hierarchies and some are more beneficiaries of others, especially in the scientific writing. Hence, the production of knowledge takes the same view, the Eurocentric coloniality prevails in the scientific production at the expense of diverse knowledge that people of different cultures produce in their daily life, so here we present the importance of the emerging paradigm that enables the recovery of diverse knowledge..

Keywords: Education, Knowledge, Pedagogy/praxis.

Introdução

O presente artigo parte da aquisição do conhecimento adquirido ao longo das discussões que houveram na disciplina Diálogos Transdisciplinares: Diversidade Cultural e Identidades do 1º semestre do Mestrado em Educação Culturas e Identidades, ofertado pela Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a responsabilidade dos professores Moisés Santana e Cibele Maria. Desse modo, tem por finalidade apresentar as três dimensões conceituais que corroboram para com a decolonialidade no sentido de expor as semelhanças que há entre os contextos que são permeados pelo moderno, colonial e eurocêntrico. Nessa perspectiva, se faz jus a pedagogia e práxis, que ressignificam a decolonialidade. Sendo eles: a colonialidade cosmogônica (WALSH, 2009), a autopoiese (ARAÚJO, 2014), colaboração intercultural (DANIEL MATO, 2002) e paradigma emergente (SANTOS, 2006).

Assim, o diálogo que se estabelece tende a nortear a visão dos autores supracitados com o interesse de pautar como se configura esses processos de conhecimentos nos contextos sócio culturais, especialmente como se concebe a diversidade cultural e identidades, bem como ao acadêmico que privilegia o conhecimento científico como conhecimento supremo, menosprezando assim os diversos saberes dos diferentes sujeitos.

Metodologicamente, esse artigo desenvolve-se a partir do diálogo entre os autores que conceituam a colonialidade cosmogônica, a autopoiese e a colaboração intercultural permeado pelo paradigma emergente. Partiu da inquietação em perceber as similitudes e as aproximações conceituais que corroboram para a decolonialidade do saber, sendo que esta é cunhada no multiculturalismo neoliberal e na interculturalidade funcional. Elementos norteadores das ideias acerca da diversidade cultural, mas que se fundamentam na retórica do discurso, ou seja, há até produções científicas ao que diz respeito a diversidade cultural, mas parece ficar somente no plano categórico, atualmente a necessidade da produção do conhecimento é outra, parte da produção pelos próprios sujeitos de direito.

Daí se justifica a importância desse trabalho por fazer jus aos conceitos coloniais e também decoloniais que se entrelaçam à medida que um ressignifica a existência do outro, a partir da negação, ou seja, um conhecimento somente é válido quando há um que se sobreponha ao outro. Entretanto, é interessante perceber que todos os conhecimentos são importantes e que se complementam em suas dimensões e complexidades interculturais, a partir do pressuposto do paradigma emergente que apresenta esta possibilidade de rever a produção científica sem hierarquização, mas sim em regime de colaboração intelectual. Na medida em que os diversos saberes são ressignificados em seus múltiplos sujeitos fazedores através das mais complexas e em seus diferentes níveis de realidade que configuram e reconfiguram os saberes sem necessariamente corroborar unicamente com o único tipo de saber específico (NICOLESCU, 2001).

Portanto, é de fundamental importância perceber a similitude entre os diversos tipos de saberes que são denominados em nomenclaturas, mas que todos chamam atenção para a necessidade de se efetivarem em decorrência do eurocentrismo que permeia boa parte da produção científica acerca de diversidade cultural, tema tão emergente.

Apresentando conceituações dos conhecimentos

A educação contemporânea tem revisto algumas questões acerca da forma da produção do conhecimento, principalmente quando se partem de diálogos interdisciplinares, os quais abordam a diversidade cultural e identidades, elementos que muitas das vezes não são considerados pela matriz colonial que se portam de maneira cartesiana, linear e sistemática a favor da verdade absoluta. Nessa percepção do “multiculturalismo da corte e a interculturalidade da corte funcional concerne a dispositivos de poder que permitem a permanência e o fortalecimento das estruturas sociais estabelecidas e sua matriz colonial (WALSH, 2009, p. 13).” Isto é a produção do conhecimento é desenvolvida pela matriz eurocêntrica e colonial.

Em contra partida a esta forma de produção de conhecimento científico, se faz necessário a decolonialidade. Sendo assim, esta apresenta como alternativa a colonialidade cosmogônica ou da mãe natureza, a qual segundo Walsh (2009, p. 15), diz respeito a:

Força-vital-mágica-espiritual da existência dos afrodescendentes e indígenas, cada uma com suas particularidades históricas. É a que se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, categorizando como não modernas, primitivas e pagãs as relações espirituais e sagradas, que conectam os mundos de cima para baixo, com a terra e com os ancestrais como seres vivos.

Nesse sentido torna-se decolonial. Uma vez que ressignifica os saberes oriundos dos descendentes da diversidade cultural, como os indígenas, os afrodescendentes, os mestiços e os movimentos sociais de modo geral. Isto é, os saberes dos múltiplos sujeitos ou de outros sujeitos como denomina Arroyo (2012).

Em consonância com a perspectiva da decolonialidade, pode-se fazer jus a essência da:

Nossa história biológica, a qual afirma que enquanto seres vivos, somos solitários no primeiro ato de conhecer. Solidão que só é transcendida no mundo que criamos junto com ele. É a partir dessa criação que nos fazemos no mundo através do fenômeno da “autopoiese”. Esse termo cunhado pelos autores (Maturana e Valera) é derivado do grego *poiesis*, que denota produção. Autopoiese (autoprodução), portanto, é usado para definir os seres vivos como sistemas que se autoproduzem de modo ininterrupto (ARAÚJO, 2014, p. 8).

A autoprodução concerne com a decolonialidade, pois esta é uma pedagogia que dialoga com os antecedentes crítico-políticos, ao mesmo tempo em que parte das lutas e práxis de orientação decolonial, enfrentando o mito racista que inaugura a modernidade, o monólogo da razão moderno-ocidental. Pedagogia que se esforça para transgredir, deslocar, e incidir na negação ontológica,

epistêmica, e cosmogônico-espiritual. Pedagogia que se esforça para transgredir, deslocar, e incidir na negação ontológica, epistêmica, e cosmogônico-espiritual. Estas ações são denominadas de pedagogias decoloniais (WALSH, 2009, p. 27). Daí a importância da valorização da autoprodução, uma vez que todos os sujeitos de direito são fazedores de conhecimento a partir de suas experiências de vida, nos mais diferentes contextos.

Para evidenciar a tríade que se consiste, acrescenta-se a colaboração intercultural, a qual é fruto das diversas experiências culturais que se desenvolvem em variados e diversos contextos sócios históricos. Nesse sentido, colabora Daniel Mota (2002, p.7) ao mencionar sobre a possibilidade de:

Reconhecer a existência de relações interculturais em qualquer experiência humana. A questão é sermos capazes de compreender quando resulta significativo prestar atenção a determinadas diferenças e modos de relacionamento entre indivíduos e grupos humanos.

Por conseguinte, é interessante compreender que as relações interculturais corroboram com a colaboração intercultural advinda das diversas culturas que possuem suas peculiaridades e especificidades inerentes para a produção de conhecimento dos diferentes sujeitos ou outros sujeitos, prefere-se aqui os outros sujeitos (ARROYO, 2012). Não há superioridade ou inferioridade, mas diálogos interconexos e contextuais que aproximam os significados dos saberes de acordo com a visão dos autores que norteiam a sistematização desse estudo, principalmente quando se considera o paradigma emergente. O qual é permeado pela curiosidade de reconhecer a integração que há nos conceitos ora apresentados.

Assim, é possível congratular com as denominações que contestam a colonialidade do poder, do saber e do ser. Processo epistemológico que é desumanizador, uma vez que reconhece o outro como ser que precisa ser incluído nos padrões eurocêtricos da sociedade, para que assim possa ser visibilizado, mas há a inferioridade, é como se os sujeitos de direito que são objetos de pesquisa pelo cientificismo fossem olhados de cima para baixo por quem produz o conhecimento. Desse modo, é interessante aprofundar esta discussão para situar as dimensões que são postas hierarquicamente para privilégio de alguns e menosprezo de outros. Pois quando há negação do outro como legítimo outro, nega a sua complexidade e o coisifica como objeto. Então o outro não é reconhecido como ser humano, mas como objeto de estudo ou o incluído, o que acontece geralmente nas pesquisas.

Daí se compreende a importância de atenuar a esperança na produção de conhecimento sem hierarquia, sem usar do outro, mas que o próprio outro situe seus saberes diversos para a sociedade de modo geral, fazendo jus a auto-poiese. Perceber esta necessidade faz com que as produções de conhecimento sejam holísticas, complexas e diversas e não cartesianas, lineares e sistêmicas. Principalmente dominadoras, desagregadoras e dicotômicas.

Por conseguinte, ressignificar a diversidade dos saberes cultural é reconhecer que todos são produtos e produtores de culturas, de conhecimentos e que não pode haver hierarquia em produzir conhecimento somente científico no seio das academias, mas fazer jus as produções narrativas dos diversos sujeitos como indígenas, afrodescendentes, mestiços e dos diversos movimentos sociais, ou

seja, de outros sujeitos que vem lutando através da pedagogia decolonial para a autopoiese, a colaboração intelectual bem como do paradigma emergente.

Colonialidade cosmogônica sua *práxis*

A educação vigente tende a manifestar formas de saber que se alicerçam no decorrer dos processos históricos, sociais, culturais e, em fim, os saberes que são construídos em determinados grupos sociais ao longo de suas mais variadas experiências de vida.

Nesse sentido, é interessante perceber que a forma de como o conhecimento é produzido parte sempre de um olhar unilateral, colonialista. Onde o cartesianismo tende a imperar através de seu posicionamento eurocêntrico. Daí Walsh (2009, p.13) apresenta como “a colonialidade é uma complexa conjuntura atual, o multiculturalismo neoliberal e uma interculturalidade de corte funcional como dispositivos de poder que permitem a permanência e o fortalecimento das estruturas sociais estabelecidas e sua matriz colonial”.

Nessa perspectiva, a colonialidade configura um discurso retórico, o qual não muda as condições sociais dos sujeitos de direito. Pois, esse multiculturalismo neoliberal, parte da visão dominante em prol do capitalismo. Este que permeia o que se chama de interculturalidade funcional, sendo esta aplicada para intervir na sociedade no ato do reconhecimento dos oprimidos e condenados, nas instituições e nos discursos públicos, oficiais, neoliberais e transnacionalizados, mas que o racismo e a discriminação permanecem com manipulações e cooptações através dos que dominam, os colonialistas, eurocêntricos, etnocêntricos e a elite latifundiária, claro que isso permeia a história do Brasil desde dos primórdios.

Partindo desse pressuposto a produção de conhecimento é tão somente para os interessados, ou seja, no campo da elite latifundiária a pesquisa científica se dá a partir do desenvolvimento agropecuário, onde da forma que é produzido não beneficia os camponeses, mas sim os latifundiários.

Já ao que concerne a produção do conhecimento colonial, se faz jus a colonialidade do poder, aquele que permeia a hierarquia racializada, o qual o europeu se encontra no centro negando a importância das diferenças históricas, culturais e linguística dos índios e negros como identidades comuns e negativas. Considerado por Walsh (2009).

A colonialidade do ser condiz com as “categorias binárias, oriente-ocidente, primitivo-civilizado, irracional-racional mágico/mítico-científico e tradicional-moderno, superioridade-inferioridade, humanização-desumanização (WALSH, 2009, p.15). Desse modo fica explícito que a produção do conhecimento reafirma constantemente essas categorias binárias, o que significa que para uma existir precisa-se negar ou inferiorizar a outra. E, por conseguinte há ressignificação daquele conhecimento como melhor, perfeito e importante porque o outro é negado, inferiorizado ou subalternizado.

A colonialidade do saber se define segundo Walsh (2009), como hegemônica. O que significa compreender que a produção do conhecimento não considera as especificidades inerentes aos povos diversos dos variados contextos. Desta maneira, a produção do conhecimento privilegia apenas um povo, uma classe, uma categoria.

Outra forma de hierarquia que se pode perceber é o que aborda o multiculturalismo neoliberal e a interculturalidade funcional. Partindo desta concepção pode-se inferir que poucas mudanças podem ocorrer, uma vez que fazem jus a dispositivos de poder que permitem a permanência e o fortalecimento das estruturas sociais estabelecidas e sua matriz colonial (WALSH, 2009). Isso pode se definir como elementos mantenedores do poder e ordem vigente. Se os saberes das diversas etnias indígenas não serviram para os europeus que se apropriaram das riquezas brasileiras, sempre foram tidos como bichos que deveriam ser instruídos e catequisados, então subtende-se que é bem isso que ainda permanece em auge. Os negros também tiveram o mesmo trato, sendo explorados, escravizados, subordinados. Ações que configuram o processo de dominação e desumanização que tanto os índios quanto os negros foram vítimas e que ainda são, mesmo que seja velado e nem tanto, pois a mídia tem mostrado que os negros ocupam os menos lugares¹. Mas o fato é que conforme ordem vigente houve o holocausto e muitos índios e negros se foram dizimados, sem o menor reconhecimento. Por isso que se faz necessário a desmistificação do eurocentrismo como exemplo de civilização.

Ainda, em se tratando da interculturalidade funcional, pode-se fazer jus ao que se chama de reformas educativas e constitucionais, pois o multiculturalismo neoliberal se posiciona com interesse em tratar de projetos políticos para os excluídos. Daí as reformas advindas de políticas de caráter neoliberal parte do pressuposto de que o estado cede protagonismo aos atores do cenário internacional, como organismos multilaterais e as corporações transnacionais, ao mesmo tempo em que os bancos multilaterais de desenvolvimento se interessam pelo tema indígena promovendo uma série de iniciativas que abririam o caminho ao processo, projeto e racionalidade de caráter neoliberal (WALSH, 2009). Nesse sentido, pode-se inferir que tende a ser uma estratégia de dominação que ofusca e mantém a diferença colonial, através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual a interculturalidade funcional: entendida de maneira integracionista, uma vez que essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais justas e igualitárias, mas para o controle do conflito étnico e a conservação da estabilidade social, com o fim de impulsionar os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora incluindo os grupos historicamente excluídos.

¹Expressão para designar que os negros nas novelas brasileiras nunca são protagonistas, ricos e famosos, são sempre o mordomo, o motorista, a empregada. Até os jogadores que têm tanto talento sofrem do racismo pela torcida. O que evidencia que a discussão sobre a lei 10639/03 e bem como a 11645/08 devem ser fortalecidas em curso de formação para que a educação para as relações étnicas raciais seja trabalhada desde a educação infantil e assim sejam desmistificadas todas as formas de discriminação, preconceito e racismo sejam sessados para com os sujeitos de direito.

Dessa forma, compreende-se que dessa postura assumida resultou o financiamento do Banco Mundial juntamente com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o projeto de desenvolvimento dos povos indígenas e negros do equador -PRONDINE. Beneficiou o banco mundial e o Estado Equatoriano, pois os índios e os negros ficaram a mercê do banco e do estado em levar adiante as transformações sociais, institucionais, jurídicas e econômicas e inclusive simbólicas que permitiam a transformação do Estado em Estado neoliberal. (DAVALOS, 2005, P 40 *apud* WALSH, 2009). Dando assim, ênfase a expansão do neoliberalismo, a qual tinha as reformas de corte multicultural, como a nova lógica multicultural do capitalismo multinacional, sendo que esta abraça a diversidade ao mesmo tempo em que assegura o controle e continuo domínio do poder hegemônico nacional e os interesses do capitalismo global (MUYOLENO, 2001 *apud* WALSH, 2009).

Por conseguinte, a finalidade da reforma é reconstruir as relações entre o Estado e a pós-sociedade através da inclusão que permite reduzir conflitos étnicos (mito da democracia racial) e incrementar a eficiência econômica da ação estatal. Isso de ordem nacional regional e global. Dai o Banco Internacional de Desenvolvimento financiou políticas étnicas a fim de gerir o pluralismo étnico regional e de movimentos sociais na direção do apoio a um modelo de estado com proposito de sentido comum. Com este intuito, a UNESCO, PNUD, BID, EUROsocial, BM, FMI promoveram novas políticas para assegurar a diversidade cultural. Estes são mais do que o reconhecimento da diversidade. Pois é uma estratégia política funcional ao sistema/mundo moderno e ainda colonial, uma vez que objetiva incluir os excluídos dentro do modelo globalizado de sociedade, regido não só por pessoas, mas pelos interesses do mercado, o qual vale salientar que tal iniciativa não é para transformar as estruturas racializadas, mas seu objetivo é administrar a diversidade diante do que está visto com perigo da radicalização de imaginários e agenciamentos étnicos. Todavia, acaba sendo discursos, políticas e estratégias de corte multicultural/neoliberal. Logo a interculturalidade funcional se dá pelo protagonismo dos opressores, dominadores que buscam uma forma sutil de incluir os excluídos. Tudo isso fica no plano da reprodução. Dai reafirma a interculturalidade funcional, pois não questiona como tudo está sendo posto a favor dessa pseudotransformação.

Daí nada muda, apenas permanece através do posicionamento da razão neoliberal/moderna, ocidental, e re-colonial, sendo este o projeto de interesse, que permeia o conjunto de sociedade à um viver melhor, o que significa que a medida que os excluídos, subalternos, dominados, oprimidos poderiam gozar do que se pode denominar de bem estar ou bem viver. Ou seja, os índios, negros, mestiços e todos que estão incluídos na categoria de excluídos socialmente dos bens produzidos socialmente.

Nesta perspectiva estas produções de conhecimento, passam a serem contestada por pensadores como Freire, Fanon, Santos, Arroyo, Walsh, Candau, Araújo, Daniel Mato, e tantos outros teóricos que se despuseram a analisar criteriosamente como se dá a produção do conhecimento na perspectiva da decolonialidade e interculturalidade crítica. Neste interesse, apresenta-se WALSH (2009) que traz como alternativa desse processo hierárquico de produção de conhecimento a Colonialidade cosmogônica, a qual é chamada atenção para a relação que deve ser estabelecida entre

homem/natureza. Daí se relaciona à força vital-mágico-espiritual da existência das comunidades afrodescendentes e indígena cada uma com suas particularidades históricas. O que significa que os saberes oriundos da diversidade cultural deve ser ressignificado, isto é, são produtos e produtores de cultura, conhecimento e que por ser assim um tem que se sobrepor ao outro, ou seja, o branco não pode se sobrepor ao negro, e vice-versa.

Assim, a colonialidade cosmogônica permeia a importância de todas as formas de saberes de todos os sujeitos, sem fazer distinção entre hierarquia racializada, categorias binárias e hegemonia, pois consideram todas por sua importância nos diversos contextos culturais, sociais e identitários.

A autopoiese e sua *práxis*

Compreender que somos produtos e produtores de conhecimento leva-nos a acreditar que este acontece de dentro para fora, isto é a partir do biológico do ser humano. Isso é o que nos apresenta o Araújo ao fazer um ensaio sobre a árvore de conhecimento de Maturana e Varela faz algumas conjecturas que permeiam a autopoiese. Sendo assim, Araújo (2014, 2) argumenta que:

Leva-nos a reverberar sobre a filosofia e o método da ciência que subjaz às ideias e conceitos emitidos pelos autores, especialmente quando questionam o representacionismo e o cartesianismo da ciência clássica moderna. Na obra em questão, filosofia e ciência estão amalgamadas formando uma totalidade que, longe de ser unívoca, parece nos convidar para uma reflexão sobre o movimento, e suas contradições, enquanto categoria básica da dialética.

Entende-se que há um questionamento acerca da produção do conhecimento partindo do pressuposto do cartesianismo da ciência clássica moderna produção de conhecimento que visa a totalidade e que para dá conta dessa totalidade se faz necessário dá conta das partes que compõem o todo. Embora, para dá conta dessa totalidade se faça jus a separação, pares binários colonialidade do poder, saber e ser. Entretanto, possivelmente para que aconteça de tal forma, há contradições ou dialeticidade e movimento. Estes elementos norteiam o entendimento acerca da autopoiese, produção de conhecimento que contesta a totalidade, sendo que há essência humana em evidência.

A totalidade do conhecimento acontece dando ênfase a áreas específicas do conhecimento, daí o que se denomina de cartesianismo, uma vez que ressalva as partes em detrimento do todo, ou seja aquilo que é disciplinar, unilateral, linear binário, etnocêntrico, eurocêntrico, colonial, moderno. Contudo, Araújo (2014, p. 1) corrobora para o entendimento de o conhecimento parte dos processos biológicos e sociais, cujos não são separados, ou que se dá ênfase a um e deixa outro de lado. Mas que:

Ao adentrarmos nos processos biológicos e sociais que comandam o desenvolvimento do sistema nervoso, o cérebro e os atos cognitivos, processos que justificam a nossa humanidade e racionalidade, permite-nos ver, com mais detalhe, como somos capazes de representar, e assim, transformar o mundo.

A autopoiese contribui para ressignificar a produção do conhecimento que parte do pressuposto biológico e social que se desenvolve simultaneamente, de forma ontológica, epistemológica e metodológica que visa a representação e a transformação do mundo.

A questão central que Araújo (2014) apresenta acerca da autopoiese é permeado por duas questões centrais abordadas pelos autores da *arvore do conhecimento*: O movimento e a dialética. Duas características que faz com que surja o conceito de autopoiese.

Por conseguinte, tem-se por entendimento de movimento o que Araújo (2014, p. 2) apresenta como:

Exercício teórico de apreender a realidade nos acompanha desde a Grécia antiga, desde os primórdios do pensamento filosófico ocidental, quando os gregos passaram a se interessar e perguntar acerca do movimento das coisas. Nesse sentido, questões como a origem do mundo, da natureza e da vida, a reprodução e evolução dos seres vivos e a tentativa de explicação da contradição entre a vida e a morte e a perpetuação e desaparecimento das espécies, já estavam presentes no período pré-socrático ou cosmológico.

O questionamento, a curiosidade e a observação dos fenômenos vitais são de sobremaneira importantes para suscitar a produção do conhecimento. Deve assim, perpassar o processo linear, cartesiano e sistemático acerca da explicação desses fenômenos que originam a vida e a morte. É interessante, ainda perceber que a contradição permeia o pensamento filosófico originário acerca do movimento existencial que se dá através do processo dialético.

Nesta percepção, o pensamento acerca da origem do mundo, no mundo grego antigo, destaca-se um filósofo que contribui significativamente com o movimento dialógico acerca da natureza, de sua existência, seus fenômenos, Araújo (2014, p. 3), comunga da premissa de que “Heráclito de Éfeso, o primeiro filósofo a contemplar o movimento e relacioná-lo com a mudança e a contradição, aspectos fundamentais presentes nas relações do homem com a natureza e na natureza”. Sendo assim, houve a tentativa de compreensão e explicação da dimensão de movimento que permeia as mudanças. Nessa tentativa de entendimento este filósofo trouxe em seu estudo do movimento que trás o conceito da *physis*. Dessa maneira este conceito se apresenta como:

A base de tudo. Como o princípio que nos faz compreender o mundo que nos rodeia e que adquire, dentro da dinâmica do princípio inteligente, circunstância e significado. A *physis* pode, se quisermos, assumir diferentes denominações para um mesmo sentido: espírito, pensamento, inteligência, palavra, cultura. Para os pré-socráticos e especialmente para Heráclito, ela denotava a própria natureza em seu movimento natural, movimento que se faz na gênese das coisas e de si mesma trazendo no seu bojo a mudança e a contradição.

Então a *physis* é o conceito que promove a autopoiese, no sentido de que ‘pode-se assumir diferentes denominações para um mesmo sentido’ o que significa que tudo está conectado para a existência de um fenômeno. A exemplo disso, pode-se as crenças, os costumes os rituais dos diferentes povos que dão existência ao mundo. Os rituais dos indígenas e afrodescendentes são os que mais se aproximam da *physis*, pois eles sabiamente mantêm-se em harmonia com a natureza. O espírito, pensamento, inteligência, palavra, cultura corroboram para a autopoiese, bem como também pode ser denominado de pensamento ecológico, teoria denominada por Sonia Hoffman. Para dá ênfase a este conceito, acrescenta-se que:

[A] *Physis* pode ser apreendida em tudo que acontece. Constitui a totalidade de tudo que é. Ela está na aurora, no nascimento das plantas, no nascimento de animais e homens. Pensando a *physis*, o filósofo pré-socrático pensa o ser. Pensa a compreensão da totalidade do real - cosmos, deuses, homem, verdade, animado e inanimado, sabedoria, política e justiça. Pensar a *physis* é pensar o movimento (Melo Neto, 1996 apud ARAÚJO, 2014, p. 12).

Essa simbiose que oferece a *physis* não nega o princípio dos contrários, pois os contrários são o que são em sua complexidade. Dai Araújo (2014, p 4) explica que:

O movimento, a mudança e a contradição, presentes nas coisas, para Heráclito, aparece também no fragmento 50, que afirma a unidade que existe entre o separado e o não separado, o mortal e o não mortal, o gerado e o não gerado, a palavra (*logos*) e o eterno, o pai e o filho, Deus e a justiça. *É sábio que os que ouvirem, não a mim, mas as minhas palavras (logos) reconheçam que todas as coisas são um* (fr.50).

Então, com esta compreensão, acredita-se que não há hierarquia racializadas, colonialidade, eurocentrismo, etnocentrismo, em fim aquilo que dicotomiza o conhecimento, mas sim tudo está integrado na dimensão do complexo, dos diferentes níveis de realidade e a lógica do terceiro incluído. Características que conceituam a transdisciplinaridade. E é a visão transdisciplinar que se expõe aqui ao abordar estes conceitos que dão ênfase ao todo resignificando as partes e não as separando. Nesta lógica, Araújo expõe o seguinte:

Na circunferência, o princípio e o fim se confundem. Que há, ainda que oculta, uma harmonia no universo. Uma harmonia que não é estática, mas equilíbrio dinâmico das tensões entre os contrários. *Uma harmonia tensa como ocorre entre o arco e a lira* (fr.53). A unidade das coisas é algo constitutivo da própria *physis*. (2014, p. 4)

Daí é o que é na medida em que se permite ser, sem separar, dicotomizar, mas dando ênfase aos contrários que integram e dão existência ao outro e não o nega. A relação entre as subjetividades, as crenças, costumes, culturas e identidades que permeiam a autopoiese, a autoprodução do conhecimento, é tanto que ninguém sabe tudo que nada pode aprender, assim como ninguém ignora tudo que nada possa ensinar, pensamento célebre de (FREIRE, 1987) .

Bom não cabe aqui apresentar a unicidade da autoprodução do conhecimento, levando em consideração o que Araújo (2014) trás em seu ensaio acerca da árvore do conhecimento, pois a medida que o ser humano vive, o mundo vive no ser humano, os fenômenos sociais, culturais, econômicos, políticos surgem deste movimento, mudança e contradição que origina o que lhe é inerente o conhecimento. Sentido pelo qual promove a evolução dialógica acerca das noções de ontogenia, acoplamento estrutural, clausura operacional, filogenia e deriva natural, uma vez que estes dão novos contornos à definição da fenomenologia biológica dos seres vivos (p. 10). O que não cabe aqui um aprofundamento, mas estas noções corroboram de sobremaneira para a autopoiese. Entretanto o que Araújo desdobra destas noções recai naquilo que Candau denomina de interculturalidade crítica, a partir da pedagogia da colonialidade cosmogônica e sociogenia.

A colaboração intercultural e sua *práxis*

A produção do conhecimento não nasce apenas de uma única conjectura, mas de uma nação diversa que colabora com sua essência vital, a partir de suas experiências sociais, culturais, políticas, econômicas, históricas e contextuais. Pode-se inferir que isso tem haver com o paradigma emergente, cunhado por Santos (2006) em seu livro “Um discurso sobre as ciências”, o mesmo apresenta o paradigma dominante, cujo é aquele que apresenta a produção do conhecimento cartesiano e o paradigma emergente, que é aquele que ressignifica os saberes do senso comum, o local. Sendo assim “o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos), (p.19).” Bem como, pode-se fazer jus ao que Santos aborda em seu livro “A gramática do tempo. Para uma nova cultura política”. Pautado no paradigma epistemológico, trás as fundamentais ideias, como “distinção entre sujeito e objeto e entre natureza e sociedade ou cultura; redução da complexidade do mundo a leis simples susceptíveis de formulação matemática; uma concepção da realidade dominada pelo mecanismo determinista e da verdade como representação transparente da realidade; uma separação absoluta entre conhecimento científica - considerando o único válido e rigoroso - e outras formas de conhecimentos como senso comum ou estudos humanísticos; privilegiamento da causalidade funcional, hostil à investigação das ‘causas últimas’ consideradas metafísicas e, centrada na manipulação e transformação da realidade estudada pela ciência (p. 25).”. Mas não é em Santos que o presente estudo foca e sim nas ideias de Daniel Mato (2002) que trás em sua produção científica a importância da colaboração intercultural que se aproxima das considerações de Santos acerca da declonialidade da produção científica.

A colaboração intercultural diz respeito a todas as formas de conhecimento que se originam dos povos originários como os indígenas e os afrodescendentes. Nesta perspectiva, é contextualizado por Daniel Mato (2002) da seguinte maneira “relações entre culturas, relações de trabalho de convivência em espaços físicos e sociais, de produção de conhecimentos, de educação. As culturas são as pessoas, grupos sociais que se autoidentificam ou são identificadas como produtoras ou portadoras de certas culturas, que se percebem como diferentes entre si” (p.76). Por conseguinte, é preciso ressignificar esta perspectiva de que todos são produtores ou portadores de cultura, pois o movimento das pessoas permeiam a aculturação, movimento constante imigração e emigração que corrobora para a mestiçagem, etnicidade e as identidades que se consolidam por meio deste processo.

Nesta concepção, Daniel Mato (2002, p. 77) aponta que “cultura denota um olhar, de pesquisador ou atores sociais. Diversas representações que identificam como é uma cultura se apresentam porque cada um dos que reivindicam como sua suposta cultura tem sua própria maneira de vê-la, de experimentá-la, de narrá-la e de representá-la’. Dessa forma é que se estabelecem as relações hierárquicas da produção do conhecimento, como o “conhecimento científico e a ampla diversidade de tipos de saber” (p. 78). Significa, portanto que deste modo, não há a colaboração intercultural, mas sim a exclusão dos diversos tipos de saber dos povos indígenas e afrodescendentes

que vivem de seus rituais consagrando a natureza, ao invés de explorar ou destruir a natureza para o mito do desenvolvimento sustentável.

Todavia é importante perceber que o desenvolvimento da produção do conhecimento nasce em todos os contextos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais. Daí, sob a visão de Daniel Mato (2002, p.79) a produção do conhecimento se dá por:

Duas classes de saber, ciência (saber de validade universal, conhecimentos produzidos cientificamente, paradigma dominante) e uma ampla diversidade de tipos de saber (étnicos, populares, locais, paradigma emergente). As duas classes de saber, surgiram com a expansão militar e comercial de alguns povos da europa, sua visões de mundo e instituições jurídicas, econômicas e políticas, sobre o resto do planeta. Assim essa expansão estabeleceu relações entre povos e civilizações diversas, relações de caráter intercultural, sendo que as relações interculturais não foram de colaboração, mas de dominação.

A interculturalidade que houve em meio as duas classes de saber, partiu da dominação da diversidade dos tipos de saber, ou seja, os colonialistas se apropriam das experiências das comunidades indígenas, afrodescendentes e religiosas e tentam explicar de acordo com a sua visão racional, da qual a ciência cartesiana se apropria, como os conceitos de física, biologia, química, ou seja, das ciências da natureza, a qual permeia o paradigma dominante.

Mas vale salientar que situar a produção de conhecimento, evidencia a essência da mestiçagem que produz o conhecimento, por que possibilita acreditar que esta hierarquia científica deve ser negada, para que se dê ênfase a colaboração intercultural. Nesta percepção, corrobora Daniel Mato (2002, p. 80) diz que:

A negação consciente ou inconsciente da condição pluri e intercultural própria de todas as sociedades latino-americanas constitui um significativo lastro histórico pelo que implica em termos de nossa ignorância sobre nós mesmos. Diante da diversidade cultural, resta através da produção do conhecimento por meio de práticas socioeducativas para que os conflitos sejam solucionados por meio do diálogo e as colaborações interculturais entre as diversas formas de saber refletem criticamente sobre as pretensões de superioridade civilizatória do ocidente como de suas instituições, incluindo a ciência como modo de produção de conhecimento.

Por conseguinte, a colaboração intercultural é permeada pelo processo dialógico entre os diversos produtores de conhecimento, que não mantêm mais uma relação de dominação e sim de colaboração ressignificando os saberes sem hierarquizá-los. Isso pode acontecer por meio da metodologia alternativa socioeducativa. Sendo assim, percebe-se que:

Sem colaboração intelectual na produção do conhecimento sobre nós mesmos, como indivíduos e como grupos sociais, é impossível compreender nossa experiência social. Sem essa colaboração intelectual, a compreensão de significativos aspectos históricos, jurídicos, políticos, econômicos, sociais e outros de nossas sociedades não fossem diversos e, além disso, mestiça como sociedade, tanto como o é as cores de pele e traços das grandes maiorias de pessoas que constituímos cada uma destas sociedades como totalidade (ARAÚJO, 2014, p. 82).

Na verdade, compreende-se que a totalidade somente pode ser alcançada se não houver hierarquia racializada, colonialidade, eurocentrismo, dicotomia e dominação. Mas, dando ênfase aos contrários que unem e um ressignifica a existência do outro e não que o negue. Sabe-se que a

historicidade da produção do conhecimento permeou o paradigma emergente, assim corrobora com esta perspectiva Daniel Mato (2002, p. 84) afirma:

A interculturalidade e as possibilidades de colaboração intercultural se dão entre os diversos povos indígenas e as diversas populações afrodescendentes, como também existem importantes populações imigrantes e seus descendentes são originários de latitudes muito diversas, cada uma delas é portadora e produtora de diversos saberes. Mediante as diferenças existentes entre os povos indígenas e sociedades ocidentais. As diferenças entre as culturas institucionais, próprias de diversos tipos de organizações das sociedades ocidentais ou mestiças são tais e tão significativas que delas podem ser ter aproveitamento que as reflexões sobre interculturalidade e diálogo intercultural trouxeram aos intelectuais indígenas. (funcionários de bancos multilaterais e representantes de organizações camponesas, encontro entre profissionais de tradições disciplinares muito diferentes).

A interculturalidade a partir da colaboração intelectual é permeada pela sensibilidade intercultural, a qual deve alimentar a curiosidade com visão ampla do mundo.

Considerações

Ao tentar apresentar a semelhança entre os conceitos *colonialidade cosmogônica* (WALSH, 2009); *autopoiese* (ARAÚJO, 2014) e *colaboração intercultural* (DANIEL MATO, 2002) permeado pelo paradigma emergente (SANTOS, 2006), sistematizam a produção do conhecimento científica na perspectiva da decolonialidade, pois o paradigma emergente dar ênfase a esta necessidade de ressignificar os diferentes saberes, mas que a partir do entendimento de que não há um único tipo de produção de conhecimento, deve-se fazer jus aos demais saberes dos outros sujeitos, sem ser aqueles que sempre foram os protagonistas da produção científica a luz dos excluídos. Em sendo assim, ainda foi possível reconhecer que o objetivo destes conceitos é a decolonialidade da produção do conhecimento, através de abordagens dialógicas que ressignifiquem os saberes e que não seja preciso negar um tipo de conhecimento para afirmar o outro, ou vice-versa.

Nesta perspectiva interessante é que os conceitos abordados, aqui são entendidos como aquele como que suscita o paradigma emergente de Santos (2006). Salienta-se, portanto, que a produção científica cartesiana, unilateral, disciplinar, verticalizada não tem dado conta da totalidade do conhecimento, pois nesta perspectiva se busca fragmentar o conhecimento em quantas “fatias” preciso for para dar conta, mas o contrário de quando posiciona a produção do conhecimento a favor da transdisciplinaridade, a qual é como o bastão, pode ser quebrado, mas as duas pontas permanecem e que não é o tamanho que será ressignificado, mas as possibilidades de seus desdobramentos (NICOLESCU, 2001).

Desta maneira, perceber as coisas como estão postas sem supervalorizar a verdade daquilo que se apresenta tal como é, é possibilitar as mais variadas conjecturas, interpretações, análises, críticas acerca dos diversos saberes que são tão originais quanto aqueles que a ciência é especialista. Pois nesta perspectiva é possível perceber que o conhecimento científico não é somente aquele oriundo do cientificismo, mas todos que oriunda dos outros sujeitos que não os que são do eurocentrismo, androcentrismo, etnocentrismo e em fim aquele único saber de caráter universal, ocidental.

Portanto, compreender a necessidade de fazer jus ao paradigma emergente que vem ressignificar os saberes a partir do local, das experiências do cotidiano, para que o conhecimento científico seja sistematizado. Daí esse conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até a pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa. Não basta, porém, apontar a tendência para a superação da distinção entre ciências naturais e ciências sociais, é preciso conhecer o sentido e conteúdo dessa superação. (SANTOS, 2006).

Entender a premissa do conhecimento, remete-nos a refletir sobre as formas como se produz o conhecimento, sabe-se que de todas as formas o conhecimento é produzido, seja ele filósofo, religioso, empírico, científico, mitológico, em fim, parte-se do cartesianismo para emergência de validar outras formas de saberes. Daí os conceitos: colonialidade cosmogônica, autopoiese e colaboração intelectual. Sendo assim, o senso comum, comumente corrobora para sistematização do conhecimento científico, e sabendo que não há uma verdade indissolúvel corrobora-se com o entendimento de que todo conhecimento científico também permeia o senso comum, nessa consequência todos os saberes são revisitados, repensados, ré-esquematizados e resistemizados. Cabe-se, portanto buscar aportes teóricos que venham solidificar os conhecimentos que por hora são tidos como empíricos, hora como científicos.

Todo pesquisador sempre transita por estas questões que são pragmáticas para disseminar novos conhecimentos que estão sempre surgindo mediante as observações, experimentos, aprofundamentos e outros métodos que corroboram para definir determinado tipo de conhecimento. O que de fato pode surgir com a prática dos movimentos sociais, comunidades indígenas e afrodescendentes que estão sempre em movimento, a exemplo é a mística dos movimentos sociais, como eles sabem ressignificar as circunstâncias existenciais a partir das ações metafóricas, que passam a dar outro sentido aquele que geralmente vivem na cotidianidade.

Dessa forma, se faz necessário um in-surgir, re-existir e re-viver, pois somente assim será possível ler criticamente o mundo, intervir na reinvenção da sociedade e visibilizar a desordem absoluta da descolonização (WALSH, 2009). Desta maneira, é possível compreender que a negação consciente ou inconsciente da condição pluri e intercultural própria de todas as sociedades latino-americanas constitui um significativo lastro histórico pelo que implica em termos de nossa ignorância sobre nós mesmos. Diante da diversidade cultural, resta através da produção do conhecimento por meio de práticas socioeducativas para que os conflitos sejam solucionados por meio do diálogo e a colaboração intercultural entre as diversas formas de saber, refletem criticamente sobre as pretensões de superioridade civilizatória do ocidente como de suas instituições, incluindo a ciência como modo de produção de conhecimento (Daniel Mato, 2002).

Portanto, conclui-se que há as similitudes entre os conceitos: colonialidade cosmogônica, autopeiose e colaboração intelectual, essa tríade permeada e perpassada pelo paradigma emergente que visa o ressignificar das formas da produção do conhecimento dando ênfase ao do senso comum.

Referências

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros. **Teoria do conhecimento em Maturana e Varela - Movimento Realidade e Autopeiose.** Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_movimento_realidade_e_autopeiose.pdf> Acesso em: 04. Jul de 2014.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

MATO, D. (Org.). **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder.** Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y Universidad central de Venezuela, 2002. In: CANDAU, Vera (Org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

NICOLESCU, Basarab. **Manifesto da transdisciplinaridade.** Disponível em: <www.ruipaz.pro.br/textos/manifesto.pdf> Acesso em: 20 mar.2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política.** São Paulo: Editora Cortez, 2ª ed. 2006.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica Pedagogía Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera (Org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.